

## **Imersão como prática extensionista no Campo de Públicas: a experiência do Observatório de Políticas Públicas da UFABC em 2024**

Mariana Silva Pereira<sup>1</sup>

Tainá Porto Cotrim<sup>2</sup>

Lúcio Nagib Bittencourt<sup>3</sup>

**Resumo:** O Observatório de Políticas Públicas (OPP), componente curricular obrigatório do Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC, é uma experiência consolidada de extensão universitária articulada à formação situada, à análise crítica e ao compromisso com o serviço público. Desde 2015, o OPP combina atividades teóricas e práticas voltadas à imersão em territórios reais, possibilitando o diálogo entre conhecimentos acadêmicos e populares, a escuta ativa e a produção coletiva de conhecimento. Em 2024, sua 7ª edição teve como tema “Desenvolvimento Local: experiências do Grande ABC”, envolvendo 47 estudantes em parceria com o Consórcio Intermunicipal da região. Organizados em cinco grupos temáticos, os discentes investigaram diferentes vertentes do desenvolvimento em territórios urbanos: territorial, cultural, social, ambiental, econômico, solidário e étnico. A interdisciplinaridade entre os participantes e a pluralidade metodológica enriqueceram o processo de formação. A culminância em sessão pública de devolutiva reforçou o papel da universidade como agente ativo na qualificação das políticas públicas locais. O OPP evidencia como a extensão, integrada ao ensino e à pesquisa, contribui para formar profissionais críticos e comprometidos, fortalecendo a interface entre universidade e gestão pública, e enfrentando os desafios contemporâneos da atuação no Campo de Públicas.

### **Resumo expandido:**

A experiência extensionista do Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC) se consolida por meio do componente curricular denominado *Observatório de Políticas Públicas* (OPP), que ocorre desde 2015. Ele foi regulamentado como atividade de imersão extensionista (Ato Decisório nº 8/2023 - ConCECS), de caráter obrigatório e integralizador. Combinando momentos teóricos e práticos, o OPP promove a articulação entre formação acadêmica, vivência profissional e atuação cidadã em territórios reais, reforçando o papel da extensão no Campo de Públicas.

A metodologia adotada combina etapas preparatórias, trabalho de campo e devolutiva pública, com registro obrigatório em relatórios e conceitos atribuídos com base na

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC. Mestra Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade pela Universidade Federal de São João del-Rei. Bacharela em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de São João del-Rei.

<sup>2</sup> Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestra em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bacharela em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de Brasília

<sup>3</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal do ABC, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Doutor e mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas-SP. Bacharel em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas-SP.

participação e na elaboração crítica dos discentes. A construção coletiva do conhecimento se dá a partir da escuta ativa, da análise empírica e do diálogo entre saberes acadêmicos e populares. Entre os resultados observados destacam-se o fortalecimento da formação situada, a ampliação da compreensão sobre as dinâmicas locais e o estímulo ao engajamento público qualificado.

Em 2024, a 7ª edição do Observatório teve como tema “Desenvolvimento Local: experiências do Grande ABC” e contou com a participação de 47 estudantes organizados em cinco grupos. As atividades teóricas ocorreram ao longo do quadrimestre, em sábados letivos, e a imersão prática se deu entre os dias 29 de abril e 03 de maio, em parceria com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC e com visitas aos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá. Os grupos se dedicaram às seguintes temáticas: (1) Economia Solidária; (2) Desenvolvimento e Povos Originários; (3) Questões Sociais e Desenvolvimento; (4) Desenvolvimento Econômico, Urbano e Ambiental: o Polo Petroquímico; e (5) Desenvolvimento Territorial e Cultura.

A interdisciplinaridade marcou a iniciativa, tanto na composição das monitoras – pós-graduandas de diferentes formações: medicina, turismo, arquitetura e urbanismo, relações internacionais e políticas públicas – quanto na pluralidade dos olhares lançados sobre o conceito de desenvolvimento local, contemplando dimensões econômicas, sociais, ambientais, culturais e étnicas. Tal diversidade enriqueceu os debates e as análises, contribuindo para a qualificação da formação e para a aproximação com realidades complexas dos territórios.

Durante a imersão, os estudantes dialogaram com servidores públicos, gestores municipais, movimentos sociais, agentes comunitários e moradores, produzindo análises situadas e críticas sobre processos de formulação e implementação de políticas públicas.

O grupo “Economia Solidária” realizou visitas ao Banco do Povo e à Feira da Economia Solidária de Santo André, analisando políticas públicas voltadas à promoção do trabalho autogestionado e à geração de renda. Foram identificados desafios como a fragmentação institucional, a escassez de recursos e a dificuldade de integração das iniciativas solidárias com outras políticas públicas. Por outro lado, observou-se a existência de servidores engajados, vínculos comunitários fortalecidos e uma rede de empreendedores resiliente, sustentada por práticas de cooperação e protagonismo popular.

O grupo “Desenvolvimento e Povos Originários” teve como foco a visita à Aldeia Kuaray Rezakã, localizada na Terra Indígena Tenondé Porã, em São Bernardo do Campo. A atividade possibilitou a análise de políticas públicas voltadas aos povos indígenas em

contexto urbano, com destaque para os desafios relacionados à saúde, educação, território e cultura. Foram identificadas fragilidades na atuação do Estado e nos mecanismos de articulação intersetorial, mas também potencialidades como o protagonismo das lideranças comunitárias, a autogestão territorial e a mobilização em torno da preservação cultural.

O grupo “Desenvolvimento e Questões Sociais” investigou o papel das bibliotecas públicas como espaços de cultura e pertencimento, com destaque para a Biblioteca Cecília Meireles, em Mauá, e a Biblioteca do Hospital Nardini. O estudo evidenciou desigualdades de financiamento, vínculos comunitários e ações de resistência institucional em contextos de fragilidade da política cultural local.

O grupo “Desenvolvimento Econômico, Urbano e Ambiental” analisou o papel estratégico do Polo Petroquímico na economia regional, suas conexões com o poder público e os limites da intersetorialidade entre os entes federativos. A reflexão sobre novas formas de pensar o desenvolvimento foi central, destacando a necessidade de abordagens integradas que considerem também os impactos sociais e ambientais.

O grupo “Desenvolvimento Territorial e Cultura” visitou centros culturais em Diadema, analisando desafios como a evasão nas oficinas, falta de orçamento e a baixa eficiência da Lei de Renúncia Fiscal, ao mesmo tempo em que destacou as potencialidades locais, como a capilaridade dos equipamentos, a diversidade de ações e o compromisso com princípios de gestão democrática e inovação cultural.

A culminância do processo deu-se em sessão pública de devolutiva realizada no Consórcio, onde os resultados foram apresentados aos atores envolvidos, promovendo um espaço de troca entre universidade e sociedade, gerando insumos concretos para gestores, fomentando reflexões institucionais e melhorias.

Entre os desafios observados estão a limitação temporal da imersão, as dificuldades logísticas para ampliação das atividades e a necessidade de institucionalização contínua do vínculo entre universidade e territórios. Apesar desses desafios, experiência do OPP demonstra sua relevância à medida em que: (i) enriquece a formação discente por meio de metodologias participativas e produção de conhecimento aplicado; (ii) e estimula setores públicos a demandar continuidade no diálogo com a universidade – o que evidencia o papel transformador da extensão na interface entre formação e gestão pública.

#### **Referências:**

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução MEC/CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014.

UFABC. Ato Decisório nº 8 / 2023 - ConCECS. Boletim de Serviços nº 1282, p. 69-71.

UFABC. Observatório de Políticas Públicas. São Paulo: Universidade Federal do ABC, 2023.  
Disponível em: <https://bpp.ufabc.edu.br/curso/observatorio/>. Acesso em: 26 mai. 2025

UFABC. Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Políticas Públicas, versão 2023.